

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
SETOR LITORAL**

JOICE FIGUEIREDO RIBEIRO FRANCO

**ATRAVÉS DO OLHAR DO EDUCADOR: ESTUDO SOBRE A ATUAÇÃO DO
ASSISTENTE SOCIAL NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MARIA
NELLY PICANÇO – MODALIDADE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL**

MATINHOS

2012

JOICE FIGUEIREDO RIBEIRO FRANCO

ATRAVÉS DO OLHAR DO EDUCADOR: ESTUDO SOBRE A ATUAÇÃO DO
ASSISTENTE SOCIAL NA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA MARIA NELLY
PICANÇO – MODALIDADE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de Especialização
em Questão Social pela Perspectiva
Interdisciplinar, Setor Litoral, Universidade
Federal do Paraná, como parte dos
requisitos para a obtenção do certificado
em Pós-Graduação.

Professora Orientadora: Prof.^a Ms. Luciana
Monteiro do Nascimento

MATINHOS

2012



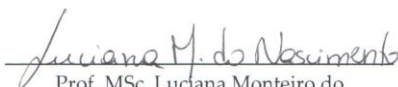
Ministério da Educação
Universidade Federal do Paraná
UFPR Litoral
Curso de Especialização em Questão Social
pela Perspectiva Interdisciplinar

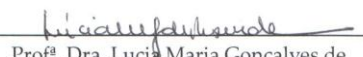


PARECER DE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Os membros da Banca Examinadora designada pela Orientadora, Professora Mestre **LUCIANA MONTEIRO DO NASCIMENTO**, realizaram em 15/12/2012 a avaliação do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da estudante **JOICE FIGUEIREDO RIBEIRO FRANCO**, sob o título "*Através do olhar do Educador: Estudo sobre a atuação do Assistente Social na escola de Educação Básica Maria Nelly Picanço - Modalidade de Educação Especial.*", para obtenção do Título de Especialista em Questão Social pela Perspectiva Interdisciplinar pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, tendo a estudante recebido conceito "APL".

Matinhos, 15 de dezembro de 2012.


Prof. MSc. Luciana Monteiro do
Nascimento


Prof.ª Dra. Lucía Maria Gonçalves de
Resende


Esp. Daniela Caetano Bianchini de
Quadros


JOICE FIGUEIREDO RIBEIRO FRANCO
Estudante

LEGENDA DE CONCEITOS	APL = Aprendizagem Plena	APS = Aprendizagem Parcialmente Suficiente
	AS = Aprendizagem Suficiente	AI = Aprendizagem Insuficiente

OBSERVAÇÃO:

CASO O(A) ESTUDANTE SEJA ORIENTADO(A) A REFORMULAR SEU TRABALHO, DEVE-SE REGISTRAR NO VERSO OS



AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus, pela oportunidade de realizar mais uma conquista em minha vida.

Ao meu esposo Rodrigo, pelo amor, dedicação e principalmente, paciência durante este percurso.

Meus queridos pais, mesmo distantes estão sempre acompanhando meus passos.

Às famílias e alunos atendidos pela Escola Maria Nelly Picanço.

Agradeço à equipe pedagógica da escola, aos professores e toda equipe.

À minha amiga assistente social Silvânia, pelo respaldo, troca de experiências e angústias.

Meu agradecimento à Coordenadora da Especialização, Prof.^a Dr.^a Helena Midori Kashiwagi, por toda sua dedicação.

Manifesto todo agradecimento à Professora Mestre Luciana Monteiro do Nascimento, orientadora desta pesquisa, pela paciência, compreensão pelos atrasos e por compartilhar a ilustre experiência de gerar uma vida.

Aos colegas da Turma 2011, em especial à Paula, Renata e Grasielle, que tornaram os sábados ainda mais especiais.

Não posso deixar de agradecer a este bebê que está em meu ventre e já está fazendo com que me torne uma pessoa melhor.

*“Já agora ninguém educa ninguém,
como tampouco ninguém se educa a si mesmo:
os homens se educam em comunhão,
mediatizados pelo mundo.”*

Paulo Freire

RESUMO

Este estudo tem por finalidade fundamentar a atuação do Assistente Social na Escola de Educação Básica Maria Nelly Picanço – Modalidade de Educação Especial, localizada em Paranaguá, Paraná. A pesquisa parte da concepção do Educador acerca das responsabilidades e atribuições da profissão em análise para tecer as considerações pertinentes. A partir de 2012, o Estado do Paraná estabeleceu uma importante transformação pedagógica às escolas especiais, a migração de Escola Especial para Escola de Educação Básica na Modalidade de Educação Especial e a investigação sobre o papel do Assistente Social na Educação Especial é discutida dentro deste contexto. Na contemporaneidade, o objeto de intervenção do Assistente Social é a Questão Social, encarada como o conjunto de contradições e problemáticas vivenciadas pela grande massa popular, decorrentes do modo capitalista de produção. Na Educação Especial, o profissional de Serviço Social se coloca frente à minimização dos impactos gerados pelo sistema econômico. Para que se efetive a perspectiva da garantia de uma educação pública, de qualidade e de direito da pessoa com deficiência, é fundamental a consciência e envolvimento dos profissionais de diferentes áreas do conhecimento que estão dentro do ambiente escolar no enfrentamento à Questão Social.

Palavras-chave: Serviço Social, Pessoa com Deficiência, Educação Especial, Questão Social.

ABSTRACT

This study aims to substantiate the role of the social worker in the School of Basic Education Maria Nelly Picanço - Mode of Special Education, located in Paranaguá, Paraná. The research starts by design of Educator to study about responsibilities and duties of profession in question to weave relevant considerations. From 2012, the State of Paraná established an important pedagogical transformation to special schools, migrating Special School to Basic Education School Special Education at Modality and research on the role of the social worker in Special Education is discussed within this context. Nowadays, the object of intervention is the Social Worker Social Issues, seen as a set of contradictions and problems experienced by the great mass of the people, under the capitalist mode of production. On Special Education, the professional social work stands opposite the minimization of impacts generated by the economic system. To become effective the prospect of guaranteed public education, quality and right of the disabled person, it is vital awareness and involvement of professionals from different fields of knowledge that are within the school environment on coping with Social Issues.

Keywords: Social Service, Person with Disabilities, Special Education, Social Issues.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1 A EDUCAÇÃO ESPECIAL COMO POLÍTICA PÚBLICA	14
2 DIREITO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	19
3 ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE EDUCAÇÃO ESPECIAL	26
4 A GÊNESE DO SERVIÇO SOCIAL E A EDUCAÇÃO	29
4.1 O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL	29
4.2 A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO ESPECIAL...	33
5 A PESQUISA.....	39
5.1 METODOLOGIA	39
5.2 ANÁLISE DOS DADOS	40
CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS.....	52
ANEXO	56

INTRODUÇÃO

A realidade que se apresenta no cotidiano do Assistente Social traz consigo a dinâmica da história e está permeada por diversas contradições que impõem ao profissional o desafio de intervir para transformar. Nesse sentido, através da Especialização em Questão Social na Perspectiva Interdisciplinar ofertada pela Universidade Federal do Paraná – Setor Litoral, surgiu a possibilidade de se refletir e teorizar sobre uma das vertentes que permeiam o exercício profissional.

Esta pesquisa tem por objetivo estudar e fundamentar a atuação do Assistente Social na Educação Especial através do olhar do educador, à luz das novas demandas pedagógicas estabelecidas pela Política Nacional de Educação Especial de 2008, que impulsionaram a mudança da Escola Especial para Escola de Educação Básica na Modalidade de Educação Especial.

Nesse sentido, o anseio em desenvolver um trabalho sobre as atribuições e responsabilidades do profissional de Serviço Social na Educação Especial se deu a partir da atuação do pesquisador neste campo de trabalho e do questionamento acerca das interpretações dos diversos profissionais inseridos na instituição a respeito desta profissão e consequentemente, as distintas tarefas a ele atribuídas aleatoriamente.

Nos dias atuais, a inserção do Assistente Social na Política Pública de Educação está em debate e busca respaldo na Lei de Diretrizes e Bases da Educação e também em alguns Projetos de Lei que discutem esta temática, entre eles o Projeto de Lei nº 837 de 2003, em tramitação, que dispõe sobre a participação de assistentes sociais e psicólogos na estrutura funcional das escolas.

Esta discussão advém das problemáticas sociais enfrentadas no ambiente escolar e faz com que seja reconhecida por parte dos profissionais da educação a necessidade da atuação desta equipe dentro das escolas.

[...] o professor não vem conseguindo dar conta, sozinho, desses problemas e que o processo de enfrentamento dessa complexa realidade não é de competência exclusiva de nenhum profissional (ALMEIDA, 2005, p.18).

Diante deste desafio, é dever do Assistente Social atuar conforme os pressupostos estabelecidos pelo Código de Ética Profissional e pela Lei de Regulamentação da Profissão, em qualquer campo de trabalho em que esteja inserido.

Sendo assim, este estudo se desenvolve na Escola de Educação Básica Maria Nelly Picanço – Modalidade de Educação Especial, situada na cidade de Paranaguá - PR, campo de atuação do profissional de Serviço Social.

Considerando que mesmo o Assistente Social nesta instituição seja contratado pela Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Paranaguá, mantenedora da escola e que o pagamento deste profissional seja com recurso do Sistema Único de Saúde, o atendimento é prestado aos alunos, assim a intervenção deste profissional está voltada à Educação com interface nas demais políticas.

Tratando-se de alunos matriculados na Educação Especial, estes apresentam algum tipo de deficiência. Assim, no decorrer deste trabalho surgirá a terminologia **pessoa portadora de deficiência**, que não se utiliza nos dias de hoje por ter sido substituída por **pessoa com deficiência**, porém, ao citar as leis foi preciso fazer a reprodução das mesmas na íntegra.

Com o objetivo de enriquecer o estudo foi levantada a hipótese, por parte da pesquisadora, de que as respostas retomariam às raízes da profissão, nas quais o Assistente Social é caracterizado como um profissional que exerce a caridade e “ajuda” aos necessitados.

Para subsidiar esta discussão é de fundamental importância o conhecimento sobre os fatores que impulsionaram o Poder Público a instituir à Educação e demais políticas públicas sociais, caráter público e de direito do cidadão.

No entanto, esta conquista é analisada de maneira dicotômica, ou seja, foi o resultado da luta dos movimentos sociais no Brasil, que neste momento histórico estavam fortalecidos e envolvidos na luta pela melhoria da qualidade de vida da população, devido às evidentes contradições sociais que estavam postas. Por outro lado, a esfera estatal que por meio da criação deste sistema de garantias tinha como objetivo maior o controle social e a manutenção do sistema econômico.

Assim, a Educação e demais políticas públicas surgem no Brasil em resposta às mazelas da Questão Social e se mantêm para atender aos interesses econômicos do modo capitalista de produção.

A Questão Social, como descreve Cerqueira Filho *apud* Oliveira *et al.* (2008), é definida como a soma dos problemas políticos, sociais e econômicos vivenciados pela classe operária e vinculada ao embate entre capital e trabalho, [...] cujas consequências mais alarmantes são o crescimento das condições de pobreza e a promoção da exclusão em larga escala (p.106).

Ao se referir ao segmento da Política Pública de Educação, denominado Educação Especial, é possível verificar através deste estudo, que a oferta do atendimento educacional especializado à pessoa com deficiência no Brasil é historicamente marcada pela presença de entidades não governamentais atuantes na prestação deste serviço.

O Estado não assume suas responsabilidades e deixa a cargo de instituições filantrópicas este dever. Assim, as políticas para este segmento surgem não com o viés do **Direito**, mas na perspectiva da boa ação e da caridade.

As Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais, existentes desde 1954 e presentes na prestação deste serviço até os dias atuais, foram fundadas por iniciativa da sociedade civil para atender pessoas com deficiência e são exemplos deste fenômeno.

Retomando a análise sobre o caráter público do atendimento educacional especializado, é salutar deter o conhecimento de que à partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, não apenas a Educação Especial como também a Política de Educação em sua totalidade assumem novo direcionamento educacional, político e até mesmo econômico.

Esta e as demais Leis que a antecedem, como a Constituição Federal, o Estatuto da Criança e do Adolescente, entre outras, contribuem no processo de garantia do atendimento educacional à pessoa com deficiência na sociedade brasileira.

A partir da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008, é que o Estado passa a ter o dever de acompanhar e intervir na estruturação e organização política e pedagógica

desta categoria de ensino. A Educação Especial assume o aspecto de Política Pública, de direito da pessoa com deficiência.

Quanto à prestação de serviço educacional especializado no município de Paranaguá – Paraná, uma das instituições existente é a Escola de Educação Básica Maria Nelly Picanço – Modalidade de Educação Especial, que a partir de 2000 se instaurou com a denominação “Escola de Educação Especial Maria Nelly Picanço”, por uma necessidade local e com a justificativa de prestar serviço educacional na modalidade de ensino especial, com uma proposta pedagógica adaptada.

Entre 2011 e 2012 ocorre esta mudança de nomenclaturas da instituição. O Estado do Paraná, por determinação da Política Nacional de Educação Inclusiva, determina a transição de Escola Especial para Escola de Educação Básica na Modalidade de Educação Especial em todo território estatal. A oferta deste serviço é definida como: Educação Infantil, Ensino Fundamental – anos iniciais, Educação de Jovens e Adultos - Fase I e Educação Profissional/ Formação Inicial.

Atualmente, a referida escola está com 210 matrículas de alunos e além do atendimento educacional, como em outras escolas regulares, estão presentes na prestação de serviços outros profissionais, como o Assistente Social.

Com base no percurso teórico traçado pela pesquisadora, na aplicação da investigação e frente ao objetivo estabelecido inicialmente, se decorre este estudo.

1 A EDUCAÇÃO ESPECIAL COMO POLÍTICA PÚBLICA

A palavra educação na atual conjuntura está intimamente vinculada ao processo de formação do ser humano. Desde o nascimento estamos inseridos em um sistema de constante aprendizado. Na relação com o outro somos educados conforme os costumes, hábitos e cultura do universo que nos permeia.

Ao dar significado à educação, a ideia de Coelho *et al.*(2009), define como uma prática social, intencional, voluntária e metódica exercida por diferentes agentes que têm como objeto o homem, em todas as etapas de sua vida.

Ao considerar que a educação se estabelece no contexto das relações sociais, é permitido dizer que esta seja uma das práticas sociais que se concretiza em diferentes momentos e enfrenta constantes mutações, conforme o surgimento de novas demandas que se apresentam na dinâmica da história.

Na atual conjuntura, a educação se apresenta como Política Pública e a tarefa de refletir sobre esta prática social é possível após a compreensão dos fatores que impulsionaram o Estado a instituir a esta política seu caráter público.

Toma-se como ponto inicial de análise a década de 1980, por ser considerado um período em que o Brasil apresentava uma realidade social extremamente contraditória, advinda do período da ditadura militar e que incitou a elaboração da Constituição Federal de 1988 e a garantia dos direitos sociais. Para retratar este momento histórico, é possível afirmar que:

O Brasil que em 1985 apresentava uma nova face no que se refere ao processo de reorganização política, orientado sob a égide da democracia, também ampliou sua herança para com a face da desigualdade social. Expandiu-se o estoque de pobreza, resultante dos períodos anteriores, mas especialmente dos governos militares, que, com suas orientações econômicas de desenvolvimento, produziram um país com uma péssima distribuição de renda e aumentaram a parcela da população demandatária das políticas sociais. (COUTO, 2006, p.141).

Neste determinado momento histórico, os direitos civis eram limitados aos pequenos grupos detentores do poder e levados à grande massa popular

com a finalidade de viabilizar o fortalecimento do crescimento econômico, [...] reforçando novamente o critério do mérito, a política centralizadora e autoritária e expulsando da órbita do sistema de proteção social e participação popular (COUTO, 2006, p.136).

No que tange à educação, Couto retrata as características desta política em meados da década de 70 e que estes mesmos pressupostos se mantêm até aproximadamente 1985. Couto (2006, p.131) afirma que o principal objetivo era o conhecimento técnico, reiterando, de certa maneira, a política de formação voltada ao trabalho urbano-industrial.

Sendo assim, se verifica a centralidade no eixo econômico em relação aos demais campos de atuação do Estado. Este, ao se deparar com o agravamento dos problemas sociais que emergiam ao longo da década de 80 e início dos anos 90 e do fortalecimento dos movimentos populares que buscavam garantir melhor qualidade de vida à população, elabora instrumentos de manutenção da ordem. Coelho *et al.* define ordem mundial como:

Nova ordem mundial é como se denomina o cenário sociopolítico e econômico contemporâneo que está intimamente relacionado às grandes mudanças desencadeadas no mundo ao longo das últimas décadas e que foram se consolidando, principalmente nos anos de 1990, sem deixar de se atualizar no novo século. (2009, p.16).

O Estado, frente às novas demandas postas e diante a esta nova ordem que se estabelece mundialmente, institui um sistema de proteção social no Brasil, digamos que “adaptado” a esta tendência internacional. Como retrata o pensamento de Coelho *et al.* (2009) em que as políticas sociais e públicas, incluindo também educacionais, são elaboradas sobre as influências da internacionalização, mundialização e globalização dos mercados econômicos

Afirma Oliveira (2008, p. 105) que [...] as políticas públicas têm sua origem nas relações de força de uma sociedade que, em embates constantes, formará o conjunto de decisões tomadas no interior do Estado. Mesmo frente às determinações desta nova ordem mundial, as políticas sociais são criadas no Brasil **também** devido à pressão da população e assim, definido o campo de ação do Estado.

Compreendida como estratégia governamental de intervenção nas relações sociais, as políticas sociais surgiram apenas a partir de pressões dos movimentos populares do século XIX. Elas foram implantadas como forma de respostas ainda que incipientes, aos problemas inerentes à “questão social”. (OLIVEIRA, 2008, p.106).

Com a elaboração das políticas públicas após a Constituição Federal de 1988, foi estabelecido no cenário brasileiro um sistema de garantia de direitos fundamentado pelos pressupostos estabelecidos pelas agências reguladoras internacionais, como estratégia de manutenção do processo de mundialização do capital em resposta às sequelas da questão social.

A questão social é analisada e compreendida, conforme o pensamento de Iamamoto (2009), como a adjacência das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura. Neste entendimento, fundamenta-se o conceito de “questão social” na conjuntura de análise da criação das políticas públicas na sociedade brasileira sendo:

Compreendida como o “conjunto de problemas políticos, sociais e econômicos que o surgimento da classe operária impôs no mundo no curso da constituição da sociedade capitalista”, profundamente vinculada ao conflito entre capital e trabalho, sendo uma das manifestações mais concretas do processo de acumulação do capital, cujas consequências mais alarmantes são o crescimento das condições de pobreza e a promoção da exclusão em larga escala. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição de classes. (CERQUEIRA FILHO *apud* OLIVEIRA *et al.*, 2008, p 106).

Além de considerar que a política de educação ao ser definida dentro de um preceito que tem como eixo central a economia, o sistema capitalista de produção é que apresenta outra perspectiva de análise, que ao se constituir enquanto política pública pela legislação vigente possibilitou a democratização do acesso dos cidadãos às políticas sociais.

De acordo com o documento elaborado pelo Conselho Federal de Serviço Social (CFESS, 2011), as lutas dos movimentos populares na esfera educacional em torno da democratização do acesso e das condições de garantia da qualidade da educação pública se contrapõem com o ideário neoliberal.

A partir da Constituição Federal de 1988, um marco da garantia de direitos na sociedade brasileira, mesmo permeada pelas contradições do

sistema, a lei estabelece às políticas sociais e públicas um formato de direito do cidadão e dever do Estado. Quanto à educação, ela trata:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil, 1988).

Na década de 90 são criados o Plano Decenal de “Educação para Todos”, a lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação (LDB), o FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização dos Profissionais do Magistério), entre outras leis, decretos e portarias que direcionam à política em questão, desde os anos iniciais até o ensino superior.

Art. 3. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

- I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;
- II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber;
- III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas;
- IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância;
- V – coexistência de instituições públicas e privadas de ensino;
- VI – gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais;
- VII – valorização do profissional da educação escolar;
- VIII – gestão democrática do ensino público, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino;
- IX – garantia de padrão de qualidade;
- X – valorização da experiência extra-escolar;
- XI – vinculação entre educação escolar, o trabalho e as práticas sociais. (BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

Porém, ao traçar um comparativo entre a normatização das diretrizes da educação, como descrito no artigo citado, elaboradas com base em determinações impostas pelo Banco Mundial e demais organismos controladores da economia e as necessidades educacionais individuais da população brasileira, permite-se avaliar a fragilidade que esta política se expõe.

Com base no documento elaborado pelo CFESS (2011), a educação no Brasil é marcada com base em determinações de organismos multilaterais e das diretrizes para políticas públicas estabelecidas aos países periféricos.

Neste sentido, sobre a condução das diretrizes adotadas pelo governo brasileiro na criação de políticas públicas, é possível afirmar que:

[...] sua adoção acabou por reforçar processos de exclusão já consolidados em nossa trajetória política e educacional, o que revela que o processo de subordinação do país à nova ordem internacional, alicerçada no plano político na expansão neoliberal e no plano econômico na flexibilização dos padrões de produção, tem ressonância para além daquelas que de imediato possam ser projetadas, visto que estamos lidando com uma realidade já marcada por profundas desigualdades sociais. (CFESS, 2011, p.13).

Desse modo, a trajetória da educação na conjuntura de análise da realidade brasileira surge em resposta às mazelas da questão social e se mantém para atender especificamente aos interesses econômicos do modo capitalista de produção e garantir a reprodução da força de trabalho barata e alienada e não como uma política pública afirmativa capaz de permitir aos educandos consciência crítica e transformadora.

O grande desafio que se apresenta na contemporaneidade é garantir educação de qualidade a todos os grupos sociais, principalmente àqueles mais afetados pelo sistema econômico, como crianças e adolescentes, idosos, mulheres, populações do campo, pessoas com deficiências, entre outros.

“A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres vazios a quem o mundo “encha” de conteúdos”. (FREIRE, 2005, p.77).

Através da educação libertadora, preconizada por Paulo Freire, se espera que as sequelas da questão social tenham seus efeitos minimizados e que o cidadão seja encarado como sujeito de direitos, capaz de transformar e ser transformado pela sociedade.

2 DIREITO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Ao descrever sobre a Educação Especial, encarada como um segmento dentro da política pública de educação e sua estruturação no Brasil, é primordial a discussão acerca do processo de conquistas dos direitos da pessoa com deficiência e dos embates e interesses contraditórios presentes neste universo.

De um lado o Estado, através das políticas econômicas e sociais detém o controle da grande massa popular, preserva a reprodução da força de trabalho e a manutenção do sistema econômico. Na outra face desta disputa, os movimentos sociais na luta por melhores condições de vida para a grande massa popular.

É relevante pontuar que, mesmo compreendendo os interesses do Estado, enquanto detentor do poder, o final dos anos 80 e início da década de 90 foi um período de grandes conquistas no campo da garantia dos direitos sociais em nossa sociedade.

Na tentativa de traçar um percurso em que as leis e decretos foram criados para atender à pessoa com deficiência brasileira, com enfoque à Política Pública de Educação, a considerar o período cronológico em que foram instituídas, será dado um salto na história para trazer sinteticamente a definição de **deficiência**. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 traz à tona uma nova reflexão acerca do conceito de deficiência ao estabelecer o público alvo desta política educacional. Assim, o documento trata que:

Consideram-se alunos com deficiência àqueles que têm impedimentos de longo prazo, de natureza física, mental ou sensorial que, em interação com diversas barreiras, podem ter restringida sua participação plena e efetiva na escola e na sociedade. Os alunos com transtornos globais do desenvolvimento são aqueles que apresentam alterações qualitativas das interações sociais recíprocas e na comunicação, um repertório de interesses e atividades restrito, estereotipado e repetitivo. Incluem-se nesse grupo alunos com autismo e psicose infantil. Alunos com altas habilidades/superdotação demonstram potencial elevado em qualquer uma das seguintes áreas, isolada ou combinadas: intelectual, acadêmica, liderança, psicomotricidade e artes. Também apresentam elevada criatividade, grande envolvimento na aprendizagem e realização das tarefas em áreas de seu interesse. Dentre os transtornos funcionais

estão dislexia, disortografia, disgrafia, discalculia, transtorno de atenção e hiperatividade, entre outros. (BRASIL, Política Nacional de Educação Especial, 2008, p.15).

No que diz respeito ao atendimento à pessoa com deficiência, a Carta Constituinte de 1988, apresenta o primeiro artigo do período democrático brasileiro que se refere indiretamente à referida população. Em seu artigo 5º, a Constituição Federal (BRASIL, 1988) trata que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”. Pode-se afirmar que, com base neste artigo, é negado todo e qualquer tipo de preconceito ou discriminação entre cidadãos brasileiros.

Retomando à Educação Especial, o artigo 208 da Constituição, ao especificar as responsabilidades do Estado e as ramificações do atendimento na política educacional, trata: “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de: III – atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino”.

Um ano após a legislação indicada acima, foi promulgada a lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, que regulamenta o apoio às Pessoas Portadoras de Deficiência, sua integração social, a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes, e dá outras providências. Esta lei apresenta:

Art. 2º. Ao Poder Público e seus órgãos cabe assegurar às pessoas portadoras de deficiência o pleno exercício de seus direitos básicos, inclusive dos direitos à educação, à saúde, ao trabalho, ao lazer, à previdência social, ao amparo à infância e à maternidade, e de outros que, decorrentes da Constituição e das leis, propiciem seu bem-estar pessoal, social e econômico.

Parágrafo único – Para o fim estabelecido no caput deste artigo, os órgãos e entidades da administração direta e indireta devem dispensar, no âmbito de sua competência e finalidade, aos assuntos objetos esta Lei, tratamento prioritário e adequado, tendente a viabilizar, sem prejuízo de outras, as seguintes medidas:

I – na área da educação:

- a) a inclusão, no sistema educacional, de Educação Especial como modalidade educativa que abranja a educação precoce, a pré-escolar, as de 1º e 2º graus, a supletiva, a habilitação e reabilitação profissionais, com currículos, etapas e exigências de diplomação próprios;
- b) a inserção, no referido sistema educacional, das escolas especiais, privadas e públicas;
- c) a oferta, obrigatória e gratuita, da Educação Especial em estabelecimento público de ensino;

- d) o oferecimento obrigatório de programas de Educação Especial a nível pré-escolar, em unidades hospitalares e congêneres nas quais estejam internados, por prazo igual ou superior a 1 (um) ano, educandos portadores de deficiência;
- e) o acesso de alunos portadores de deficiência aos benefícios conferidos aos demais educandos, inclusive material escolar, merenda escolar e bolsas de estudo;
- f) a matrícula compulsória em cursos regulares de estabelecimentos públicos e particulares de pessoas portadoras de deficiência capazes de se integrarem no sistema regular de ensino. (BRASIL. Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989).

A educação e demais políticas públicas se tornam um direito constitucional para pessoas com deficiência e cabe ao Estado prover estes direitos. Esta mesma legislação que determina o dever da esfera pública abre uma grande lacuna ao direcionar também para escolas privadas o papel de efetivar este direito, ou seja, o Estado deixa de cumprir com sua responsabilidade e designa paralelamente para instituições particulares esta obrigação.

No Brasil, a oferta do atendimento educacional especializado à pessoa com deficiência é historicamente marcada pela presença efetiva de entidades não governamentais prestando este serviço.

Por iniciativa dos pais de pessoas com deficiências, da sociedade civil organizada, dos profissionais que atuavam na área, foram criadas as APAES (Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais) para atender pessoas com deficiências no Brasil nas áreas de educação, saúde e assistência social.

A primeira APAE foi fundada em 11 de dezembro de 1954, na cidade do Rio de Janeiro. Este movimento tomou força e conforme expresso no endereço eletrônico oficial da Federação Nacional das APAES (2012), fonte das informações acerca da criação das APAES, em 1962 foi fundada a Federação Nacional das APAES (FENAPAES). E hoje, são mais de duas mil APAES e filiadas que prestam atendimento para cerca de duzentos e cinquenta mil pessoas com deficiência em todo território nacional.

Tratando novamente sobre as legislações, em 13 de julho de 1990 é criada a lei de nº 8.069, que dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), apresenta à sociedade o conceito de que **toda** criança e adolescente são prioridades absolutas na formulação e execução de políticas públicas. Além de garantir os direitos da criança e do adolescente de modo

geral, independente de apresentar deficiência ou não, o ECA trata em alguns de seus artigos sobre o atendimento específico à pessoa com deficiência.

Além de reafirmar no artigo 54 o que a Constituição Federal determinou acerca do direito ao atendimento educacional especializado, é relevante informar que no ECA em seu artigo 11, ao assegurar a garantia de acesso à política pública de saúde através do Sistema Único de Saúde (SUS), diz no “§ 1º - A criança e o adolescente portadores de deficiência receberão atendimento especializado”.

No entanto, o caminho para se alcançar políticas públicas que encarassem efetivamente pessoas com deficiências como sujeitos de direitos, foi sinuoso e repleto de práticas excludentes. Quanto à política educacional é possível afirmar que “As medidas governamentais dirigidas a elas, igualmente – quando existiam – eram concebidas de maneira apartada em relação às políticas gerais”. (BRASIL, 2006, p. 09).

No ano de 1994, foi elaborada a Declaração de Salamanca, com a finalidade de estabelecer os princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais, conforme expresso no documento. O direito de acesso da pessoa com deficiência à educação é colocado em debate e suas diretrizes discutidas mundialmente.

Somente no ano de 1996 que é instituída a Lei nº 9.394, onde Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), que define responsabilidades e estrutura a política educacional brasileira desde as séries iniciais até o ensino superior. No que diz respeito à Educação Especial, esta lei trata:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º - Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial.

§ 2º - O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes

comuns de ensino regular. (BRASIL, Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996).

A política de Educação Especial em âmbito nacional perpassa por transformações estruturais em diferentes momentos históricos, conforme as necessidades da população atendida e dos interesses políticos ocultos e com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação de 1996, torna-se efetivamente modalidade de ensino.

Na busca por material teórico acerca da estruturação da Política de Educação Especial, se observou que a partir do ano 2006 esta política tomou novo direcionamento em âmbito nacional, foi levantada a discussão por profissionais do país como um direito e refletida a partir da necessidade de se iniciar um processo inclusivo da pessoa com deficiência.

No documento intitulado Educação Inclusiva: Atendimento Educacional Especializado para a Deficiência Mental, elaborado pelo Ministério da Educação em 2006, se apresenta a reflexão acerca da necessidade de uma nova organização do atendimento educacional especializado, na perspectiva da inclusão. O documento considera que é preciso estruturar o papel das escolas comuns e especiais, considerando que ambas são fundamentais no processo de garantia de educação para todos. Trata ainda que “esse atendimento educacional e/ou clínico especializado, necessita ser reinterpretado e reestruturado” (BRASIL, 2006b, p.12).

Diante da realidade deste determinado período histórico, onde a Educação Especial passou a ser pensada e refletida a partir da concepção da inclusão da pessoa com deficiência em diferentes espaços educacionais, esta tendência impulsionou a elaboração da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, no ano de 2008.

De acordo com este referencial, a Educação Especial é encarada como uma modalidade de ensino que se expressa em todos os níveis, etapas e modalidades e o objetivo é de garantir a inclusão escolar de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação. A política prevê a garantia de:

- Acesso ao ensino regular, com participação, aprendizagem e continuidade nos níveis mais elevados do ensino;
- Transversalidade da modalidade de educação especial desde a educação infantil até a educação superior;
- Oferta de atendimento educacional especializado;
- Formação de professores para o atendimento educacional especializado e demais profissionais da educação para a inclusão;
- Participação da família e da comunidade;
- Acessibilidade arquitetônica, nos transportes, nos mobiliários, nas comunicações e informação;
- Articulação intersetorial na implantação das políticas públicas. (BRASIL, Política Nacional de Educação Especial, 2008, p.14).

Esta política define que nas diferentes etapas e modalidades da educação básica deve ser ofertado obrigatoriamente o atendimento educacional especializado, em horário diferente ao que cada aluno estuda na classe comum, seja na própria escola ou centro especializado que ofereça o serviço.

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008 ao elencar todas estas mudanças ao atendimento educacional especializado, designa ao Estado a função de acompanhar e intervir na estruturação e organização política – pedagógica desta categoria de ensino, seja em instituições públicas ou privadas.

Frente às novas diretrizes estabelecidas para a referida política, o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado da Educação (SEED) – Departamento de Educação Especial, órgão responsável pela orientação desta política no Estado, define que a Educação Especial, dever do Estado e da família, é ofertada no Paraná conforme preconiza a Política Nacional e defende a oferta deste serviço tanto na rede regular como por instituições particulares, conveniadas ou não.

Quanto ao processo inclusivo amplamente debatido, a política estadual, no documento intitulado A Educação Especial no Paraná: Subsídios para a construção das Diretrizes Pedagógicas da Educação Especial na Educação Básica, propõe que:

O Paraná está fazendo uma inclusão educacional responsável. Mas a inclusão, antes de ser educacional, é social, portanto é uma conquista de toda a sociedade. A educação, aliada à vasta legislação que hoje dispomos para a área e o essencial envolvimento da sociedade é que fortalecerão os sentimentos éticos e de cidadania da população paranaense. (PARANÁ, 2008, p.06).

No Paraná, é possível observar que houve grande resistência do Estado em assumir seu papel em gerir a política, deixando esta função a cargo de entidades não governamentais, conveniadas ou não à esfera estatal, como exemplo as Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAES), mantenedoras de escolas especiais, presentes não apenas neste Estado, como em todo Brasil.

3 ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Antes de tratar especificamente do histórico da instituição educacional em questão, é fundamental compreender o processo que impulsionou a fundação desta escola. Com base no Projeto Político Pedagógico (PPP) de 2010 da Escola Maria Nelly Picanço, é que se obteve a história da fundação da mesma.

Devido a uma necessidade local de se criar uma entidade de atendimento à demanda de pessoas com deficiência no município de Paranaguá e seguindo uma tendência nacional, a sociedade civil organizada fundou nesta cidade a APAE de Paranaguá no dia 29/07/1968, seguindo os mesmos pressupostos estatutários das APAES no Brasil.

Em 1986, tendo como mantenedora a APAE de Paranaguá, foi criado o Centro de Estimulação para crianças de 0 a 6 anos de idade, primeiro serviço educacional especializado no atendimento a crianças com deficiências na cidade. No ano de 1990, este serviço expande a faixa etária de atendimento e passa a ser chamado de Centro de Educação Especializado de Paranaguá.

Através das Resoluções 158/88 e 6717/93, citadas no PPP, do Conselho Estadual de Educação do Paraná, a escola enfrenta algumas alterações estruturais e de atendimento. A partir de 20/01/2000, a criação, autorização e renovação da autorização de funcionamento são viabilizadas e acompanhadas pelo Conselho Estadual de Educação e da Secretaria de Estado da Educação (SEED).

Passam a serem atendidos alunos com múltiplas deficiências e o nome da escola é alterado para Escola de Educação Especial “Maria Nelly Picanço”, em homenagem a uma das primeiras professoras atuantes e com sede própria, localizada à Rua Bento de Oliveira Rocha, nº 362, Bairro São Vicente, onde permanece até os dias atuais.

A escola não governamental e sem fins lucrativos, expressa a disposição de ofertar as etapas de Educação Básica: Educação Infantil, Ensino Fundamental – Séries/Anos Iniciais e Educação Profissional/Inicial, prestando atendimento nos turnos matutino, vespertino e integral, na modalidade de Educação Especial,

exclusivamente para alunos na área da Deficiência Intelectual, Deficiência Física Neuromotora e Múltiplas Associadas a estas. (PARANAGUÁ, 2010, p.6).

A justificativa (PARANAGUÁ, 2010) para a prestação de serviço educacional na modalidade de ensino especial é apresentar uma proposta pedagógica adaptada às necessidades educacionais de cada aluno, viabilizando equipamentos, acessibilidade no espaço físico e currículo adaptado.

No período de 2011 para 2012, no Estado do Paraná, a Educação Especial passou por grandes transformações e estas mudanças ocorreram impulsionadas pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva de 2008.

Para atender as demandas postas no cenário nacional, a Secretaria Estadual de Educação do Paraná (SEED), através da Resolução nº 3600/2011, resolve autorizar a transição de Escolas de Educação Especial para Escolas de Educação Básica, na modalidade Educação Especial, definindo a oferta do serviço como Educação Infantil, Ensino Fundamental – anos iniciais, Educação de Jovens e Adultos – Fase I, e Educação Profissional/Formação Inicial. (PARANÁ, 2011)

Através do Parecer Nº 758/2011, o Departamento de Educação Especial e Inclusão Educacional da Secretaria de Estado da Educação do Paraná institui o fim da Escola de Educação Especial Maria Nelly Picanço e promulga o Credenciamento e a Autorização de Funcionamento da Escola Maria Nelly Picanço- Educação Infantil e Ensino Fundamental, na Modalidade de Educação Especial (PARANÁ, 2011 b) e define os programas com base na Resolução nº 3600/2011.

A partir de 01 de janeiro de 2012 a Escola realiza as alterações documentais e estruturais determinadas pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná para aderir ao sistema e dar continuidade aos atendimentos prestados pela instituição.

Atualmente há 210 matrículas abertas, sendo que 30 alunos apresentam dupla matrícula por estarem inseridos no contra turno escolar. São atendidos academicamente 180 alunos com deficiência intelectual, física, neuromotora,

múltiplas deficiências e transtornos globais do desenvolvimento, 103 no período matutino e 77 no período vespertino.

Os profissionais que atuam na oferta do atendimento educacional são: Direção; Coordenação, Professores e Agentes de Apoio. Mantidos por convênios com a Secretaria de Estado da Educação do Paraná e com a Prefeitura de Paranaguá.

Há também na instituição a presença de equipe multiprofissional (Psicólogas; Terapeutas Ocupacionais; Fisioterapeutas; Fonoaudiólogas; Neurologista; Psiquiatra; Ortopedista; Musicoterapeuta e Assistentes Sociais), sendo estes contratados pela mantenedora (APAE de Paranaguá) e pagos através de convênio da entidade com Governo Federal, através do Sistema Único de Saúde. Assim é formado o campo ocupacional referendado.

O ambiente escolar é o local em que se efetiva a política educacional elaborada em âmbito nacional e se concretizam as mais variadas mudanças e adaptações de caráter pedagógico e metodológico de ensino. Espaço este, palco das mais variadas expressões da questão social.

Situar as escolas dentro de um quadro geográfico torna-se importante quando sua localização, situação econômica e política no Município são amplamente citadas pelos professores para argumentarem seus problemas de aprendizagem e o baixo rendimento escolar. (LOPES [20 ---], p. 02).

Contudo, este estudo busca analisar o campo institucional da Escola de Educação Básica Maria Nelly Picanço – Modalidade de Educação Especial, como um território que além de apresentar recentes transformações pedagógicas e metodológicas, é também um campo em que se configuram as mais variadas formas de mercantilização do sujeito, conforme determina o modo capitalista de produção.

E neste cenário está posta a inserção do profissional de Serviço Social, como parte da equipe de profissionais que atuam no atendimento cotidiano dos alunos matriculados na instituição.

4 A GÊNESE DO SERVIÇO SOCIAL E A EDUCAÇÃO

4.1 O SERVIÇO SOCIAL NO BRASIL

Ao descrever sobre o Serviço Social e sua inserção no espaço ocupacional mencionado neste estudo, é importante a reflexão sobre a gênese da profissão neste país. O Serviço Social surge no Brasil no início dos anos 30 permeado por grandes transformações econômicas, políticas e sociais que marcaram os anos que antecederam esta década.

Conforme expressa Martinelli (2006), neste período, o conflito entre classes estava fortemente evidente, provocando tensões na sociedade onde a classe trabalhadora organizada passou a pleitear por melhores condições de vida e de sobrevivência, à luz dos princípios econômicos que se contrapunham ao modo capitalista de produção, se tornando uma ameaça à manutenção do sistema e principalmente, dos interesses do poder, representado pela Burguesia, Estado e Igreja.

A questão social é posta em debate, exigindo das classes dominantes posicionamento diante dela. Iamamoto (2008, p.18) afirma que “para a Igreja, “questão social” antes de ser econômico-política, é uma *questão moral e religiosa*”. Assim se compreende que somente com base nos preceitos cristãos é que a sociedade torna-se harmônica.

Quanto ao Estado, segundo Iamamoto (2008), a questão social é encarada como palco de sua atuação, compete a ele atuar como mediador entre a garantia dos mínimos sociais à classe operária e preservar a propriedade privada.

Em resposta às atribuições a ele instituídas, entre as décadas de 30 e 40 são criados pelo Estado o Ministério do Trabalho, da Educação e Saúde Pública e os Institutos de Aposentadoria e Pensão, como afirma Witiuk (2004) e complementa que este seja o início da criação de uma legislação de proteção ao trabalhador.

Neste processo, Iamamoto afirma que a Igreja exerce papel fundamental, pois na tentativa de se manter fortalecida, busca organizar e

qualificar seus quadros intelectuais laicos para cumprir também com sua função evangelizadora e missionária dentro da sociedade.

Incorporando esses princípios, o Serviço Social surge da iniciativa de grupos e frações de classes dominantes, que se expressam através da Igreja, como um dos desdobramentos do movimento do apostolado leigo. Aparece como uma das frentes mobilizadoras para a formação doutrinária e para um aprofundamento sobre os “problemas sociais” de militantes, especialmente femininas, do movimento católico, a partir de um contato direto com o ambiente operário. (2008, p.19)

Por sua vez, a burguesia, representada por associações assistenciais formadas por mulheres católicas militantes que, inconscientemente, atuam frente à questão social como forma de contribuir com a desmobilização da classe trabalhadora, controle do comunismo e o fortalecimento da união entre as instituições dominantes.

O principal elemento a ser mencionado deste movimento foi a necessidade referenciada tanto pelo Estado como pela Igreja, da qualificação profissional da caridade. Surge o Serviço Social no Brasil.

É criada em 1936 a primeira Escola de Serviço Social em São Paulo, onde hoje é a Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica (PUC) de São Paulo. E para caracterizar a atuação das primeiras assistentes sociais, Martinelli afirma:

Penetrando em sua essência e desvendando a complexa trama de articulações que o envolveram, o que se tem é o seu caráter estratégico, é a sua natureza de projeto conservador, burguês, impregnado pela concepção de política e de ação social produzidas pela visão de mundo da burguesia. (MARTINELLI, 2006, p.123).

Mesmo com a existência de entidades filantrópicas e privadas que contratavam Assistentes Sociais, em seu estudo Ilda Witiuk (2004) sinaliza que com a ampliação das políticas públicas e instituições estatais, como o Departamento de Assistência Social, em 1935, o Conselho Nacional de Serviço Social, em 1938, a Legião Brasileira de Assistência em 1940, entre outros, o Estado se torna o maior empregador de profissionais formadas pelas escolas de Serviço Social no período. A autora afirma que o Assistente Social “assume ideologicamente os interesses da classe dominante” (2004, p.35)

Neste direcionamento é possível afirmar que a profissão se apresenta como uma resposta aos interesses econômicos e políticos da classe dominante e se insere na divisão social e técnica do trabalho, definida pelo sistema capitalista, tendo como objeto de intervenção a questão social. Porém, a atuação frente à questão social nasce com forte caráter doutrinário, de benevolência e controle social, distante de uma atuação técnica e científica.

Nos dias atuais, Iamamoto (2008) relata que a profissão do Assistente Social rompe com a premissa de ser apenas uma profissão especificamente profissional e defende o papel intelectual do exercício profissional.

A mesma justifica sua análise sob o ponto de vista que o Assistente Social, por ser um profissional que atua frente a organizações públicas e privadas (mantidas e controladas pela classe dominante) na prestação de serviços sociais, é um mediador entre os interesses do empregador e da população atendida. Nesta relação é que se dá a função intelectual do profissional. “O Serviço Social tem na questão social a base de sua fundamentação como especialização do trabalho” (IAMAMOTO, 2009, p.27).

A profissão é norteada e fundamentada por algumas legislações específicas. A Lei nº 8662, de 13 de março de 1993, dispõe sobre a regulamentação da profissão e no primeiro artigo da lei, é garantido o livre exercício da profissão no Brasil, consideradas as premissas estabelecidas por esta legislação. Quanto às competências do Assistente Social, é fundamental referenciar que:

Art.4. Constituem competência do Assistente Social:

I – elaborar, implementar, executar e avaliar políticas sociais junto a órgãos da administração pública direta ou indireta, empresas, entidades e organizações populares;
II – elaborar, coordenar, executar e avaliar planos, programas e projetos que sejam do âmbito de atuação do Serviço Social com participação da sociedade civil, (...). (BRASIL, Lei nº 8662, de 13 de março de 1993).

A importância desta lei à profissão é que nela se expressam as competências; atribuições privativas do Assistente Social; os órgãos fiscalizadores e suas responsabilidades perante o exercício profissional, entre outras providências.

O atual Código de Ética Profissional dos Assistentes Sociais, instituído através da resolução do CFESS (Conselho Federal de Serviço Social) nº 273 de 13 de março de 1993, determina novos direcionamentos éticos ao exercício profissional. A compreensão acerca dos princípios fundamentais é o reconhecimento da liberdade como valor ético central com respeito à autonomia e emancipação de cada sujeito.

Na luta pela defesa intransigente dos direitos humanos, compete à profissão atuar na perspectiva da universalidade de acesso dos usuários aos programas e benefícios ofertados, de modo a contribuir com o respeito à diversidade e contrário a qualquer forma de preconceito que se expressa na sociedade.

Este documento no **Título II – Dos Direitos e das Responsabilidades Gerais do Assistente Social**, ao tratar dos direitos do assistente social, o Art.2 prevê: “h: ampla autonomia no exercício da Profissão, não sendo obrigado a prestar serviços profissionais incompatíveis com as atribuições, cargos e funções”. (BRASIL, CFESS, Resolução nº 273/93, p.18).

Quanto aos deveres do assistente social, são definidos:

Art. 3. São deveres do assistente social:

- a) desempenhar suas atividades profissionais, com eficiência e responsabilidade, observando a legislação em vigor;
- b) utilizar seu número de registro no Conselho Regional no exercício da Profissão;
- c) abster-se, no exercício da Profissão, de práticas que caracterizam a censura, o cerceamento da liberdade, o policiamento dos comportamentos, denunciando sua ocorrência aos órgãos competentes;
- d) participar de programas de socorro à população em situação de calamidade pública, no atendimento e defesa de seus interesses e necessidades. (BRASIL, CFESS, Resolução nº 273, de 13 de março de 1993, p.18).

É importante a compreensão sobre a relação do Assistente Social com profissionais da mesma categoria e de outras profissões. É citado no **Capítulo III –Das Relações com Assistentes Sociais e Outros Profissionais**: em seu “Art.10: são deveres do assistente social: d) incentivar, sempre que possível, a prática profissional interdisciplinar; e) respeitar as normas e princípios éticos de outras profissões.” (BRASIL, CFESS, Resolução nº 273/93, p.18).

O Código de Ética também trata sobre a relação do Assistente Social com os usuários, com as instituições empregadoras, com entidades e

organizações, com a justiça, além de se referir ao sigilo profissional e principalmente, das penalidades quanto ao não cumprimento desta resolução.

A Lei de Regulamentação da Profissão e o Código de Ética de 1993 estão postos para legitimar a profissão e conduzir o projeto ético-político do Assistente Social na sua atuação frente ao seu objeto de intervenção, a questão social.

Destarte fomenta a reflexão que o papel do Assistente Social vai além da simples reprodução de sua mão-de-obra. De acordo com o referencial teórico reproduzido neste texto, espera-se deste profissional a reflexão crítica diante da realidade posta, conforme os princípios éticos e políticos estabelecidos nas legislações que norteiam a profissão, seja na esfera privada ou pública.

4.2 A ATUAÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NA EDUCAÇÃO ESPECIAL

No campo educacional, as fontes pesquisadas identificam a atuação do Assistente Social em instituições educacionais entre as décadas de 30 e 40, início da profissionalização dos Assistentes Sociais no Brasil, quando a Educação não se configurava como direito de todos e era acessível apenas a pequenas parcelas populacionais.

O Assistente Social atua junto ao educando e sua família identificando os *problemas sociais* que repercutem no aproveitamento escolar propondo ações ou requisitando serviços que possibilitem a *adaptação do escolar* ao seu meio e ao ambiente escolar, promovendo o *ajustamento social*. Percebe-se uma tendência de estigmatização e culpabilização dos indivíduos, sob as bases do funcionalismo que hierarquiza as relações sociais e procura identificar *disfunções* na sociedade. (WITIUK, 2004, p. 26).

Afirma a mesma autora (2004) que com a Constituição Federal de 1946, a Educação se apresenta como dever do Estado e as portas das instituições escolares se abrem para a classe trabalhadora, se ampliam o acesso a esta política, o ambiente escolar torna-se palco das expressões da questão social e o assistente social é chamado a atuar nestes espaços.

A intervenção em instituições educacionais não se diferencia da caracterização da ação profissional em outras áreas, como já descrito anteriormente e como Witiuk complementa, afirmando que historicamente a intervenção do Serviço Social na Educação “estava voltada à promoção de ações que permitissem a adaptação do educando ao seu meio e o equilíbrio social da comunidade escolar” (2004, p.33).

As dificuldades dos alunos ou quaisquer outras situações postas no ambiente escolar que caminhavam na contramão da ordem e da harmonia se apresentavam como “problemas” individuais, culpa de cada indivíduo, sem se considerar a estrutura do sistema de ensino em que se inseriam.

A profissão não tinha o reconhecimento enquanto profissão da área da educação, não havia uma especificidade na educação que coubesse ao Serviço Social, mas entendia a lei que esta era uma profissão cuja intervenção se fazia necessária. (WITIUK, 2004, p.34).

Até meados da década de 50, o Serviço Social Educacional estava posto no cenário nacional com estas características, objeto e objetivos. Após este período, a atuação do Assistente Social na Educação tomou diferentes configurações e finalidades, conforme o direcionamento teórico e político dado à profissão em momentos históricos distintos, sendo pertinente caracterizar a inserção da profissão a partir de 1988.

Após a Constituição Federal de 1988 e todas as mudanças que provocou no campo da proteção social no Brasil, onde as políticas públicas assumiram um caráter redistributivo e de maior participação popular na esfera pública através dos conselhos e demais canais participativos, a Educação se estrutura como direito de todos e dever do Estado.

A partir de então, a demanda de atendimento das escolas não se restringe apenas aos grupos das classes com maior concentração de renda ou da esfera de trabalhadores, como era definido o “direito à Educação” anteriormente. **Pela Lei**, os grandes muros escolares se rompem para prestar atendimento ao negro, à mulher, às crianças e adolescentes, ao índio, em suma, o atendimento deve ser ofertado, independentemente de classe social, cor, etnia, religião.

Como instituição reprodutora da ideologia dominante, a escola serve aos interesses da classe burguesa. Reproduz os valores, as ideias, a cultura, o mundo da classe que está no poder, com o único mundo correto e possível. (PORTES; PORTES; ORLOWSKI, 2001, p. 161).

A Educação, assim como as demais políticas públicas, inicia a década de 1990 em meio a um cenário econômico caracterizado pelo Neoliberalismo, pelas privatizações e sucateamento dos serviços ofertados à população e contraditoriamente, as escolas são obrigadas pela lei a atender a todos.

O espaço escolar conservador e reprodutor dos valores econômicos estabelecidos pela elite é obrigado a atender o pobre, o negro, a pessoa com deficiência. Configuram-se nestes espaços as mais variadas expressões da questão social, palco de atuação do Assistente Social.

Porém, ao descrever sobre o Serviço Social na Educação nesta ocasião, Witiuk (2004) enfatiza certo distanciamento dos Assistentes Sociais na luta pela inserção neste segmento. Considera que esta trégua ocorre devido ao engajamento dos profissionais em lutas coletivas e nos movimentos sociais que floresceram neste período e também pela precarização das condições de trabalho na educação, que impulsionou a migração destes profissionais para outras políticas ou espaços ocupacionais.

Em 1993, a aprovação do Código de Ética Profissional se torna o centro das discussões dentro da categoria e os eixos previstos pelo código são deliberados nas mais distintas esferas de atuação dos profissionais, inclusive dentro da Educação.

Com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) de 1996, a educação é marcada por profundas mudanças. Sobre a LDB, Almeida (2005), afirma que o processo de aprovação da lei expressa o esforço de adesão empreendido pelo governo federal aos organismos internacionais para inserção do país no mundo globalizado, “reforçando o projeto neoliberal tanto na sua dimensão ideológica quanto na organização gerencial da política educacional” (ALMEIDA, 2005, p.12).

A partir da LDB de 1996, em seu estudo Witiuk (2004) levanta a criação de leis em diferentes Estados que ampliam a inserção de assistentes sociais em instituições educacionais e principalmente, há o aumento de estudos

acerca da atuação do profissional de Serviço Social na Educação. Esta prática passa a ser pensada e teorizada com maior aprofundamento dentro da categoria.

No contexto sócio-histórico adverso em que se afirma a escola primeiramente como um dever da família, sob a lógica da mercadorização dos direitos e da escola utilitarista flexibilizada, o Serviço Social vai incorporar na agenda política a defesa de uma escola democrática garantidora do acesso às demais políticas públicas. (WITIUK, 2004, p.136).

A Educação Pública é reconhecida como um direito social e com a discussão acerca da tramitação do Projeto de Lei nº 837, de 2003, que dispõe sobre a participação de assistentes sociais e psicólogos na estrutura funcional das escolas, é levantado o debate entre profissionais da educação que diante das contradições e disputas evidenciadas dentro das instituições, se reconhece a necessidade da atuação destes profissionais no contexto escolar.

Almeida trata com muita propriedade em sua análise os projetos de lei que dispõem sobre a inserção do Assistente Social na Educação e uma das afirmativas de seu parecer é que os profissionais da educação não conseguem acumular outras funções impostas a eles.

O professor não vem conseguindo dar conta, sozinho, desses problemas e que o processo de enfrentamento dessa complexa realidade não é de competência exclusiva de nenhum profissional. (ALMEIDA, 2005, p.18).

Nesta caminhada, o Projeto de Lei nº 3688, de 2000, aprovado em 18 de abril de 2012 pela Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados e ainda em trâmite, apresenta em seu teor a introdução de assistente social no quadro de profissionais de educação em cada escola. “O Congresso Nacional decreta: Art. 1 – As escolas públicas terão assistente social em seus quadros profissionais”. (BRASIL, Lei nº 3688/00, p.121).

O momento acerca do reconhecimento sobre a importância da atuação de profissionais do Serviço Social em instituições escolares está próximo e a categoria na atual conjuntura encontra-se articulada nesta luta. Este movimento possibilita a reflexão sobre as atribuições do Assistente Social nas escolas e

sob os alicerces da Lei de Regulamentação da Profissão e do Código de Ética Profissional se levanta esta questão.

É preciso pensar a intervenção do profissional de Serviço Social dentro da Política de Educação em seus diferentes níveis e modalidades de ensino e as diversas expressões da questão social em que se apresentam. Assim, este estudo considera que o Assistente Social dentro da instituição referenciada, mesmo sendo contratado pela mantenedora (APAE) e pago com recurso do Sistema Único de Saúde, por prestar atendimento aos alunos da Escola de Educação Básica Maria Nelly Picanço – Modalidade de Educação Especial tem sua atuação intimamente relacionada à Educação com interface nas demais políticas públicas.

Nesta perspectiva é que esta pesquisa busca fundamentar a prática profissional do Assistente Social dentro da Educação Especial e esta discussão se inicia a partir do próximo capítulo.

5 A PESQUISA

5.1 METODOLOGIA

O objetivo deste estudo gira em torno da investigação sobre a atuação do Assistente Social na Educação Especial através do olhar do educador, à luz das novas demandas pedagógicas determinadas pela Política Nacional de Educação Especial de 2008, que impulsionaram a mudança da Escola Especial para Escola de Educação Básica na Modalidade de Educação Especial.

Sendo assim, o ponto de partida foi a coleta e leitura de materiais referentes à Política Pública de Educação; Educação Especial; histórico da Escola Maria Nelly Picanço; Serviço Social e demais temas abordados no decorrer do processo, a fim de garantir a fundamentação teórica das discussões.

A escolha do grupo que faria parte deste estudo foi embasada em dois critérios. O primeiro foi a opção por professores atuantes no período matutino, mesmo turno da pesquisadora, total de quinze profissionais em sala de aula. Deste grupo, selecionados os educadores que passaram pela transição de Escola Especial para Escola de Educação Básica na Modalidade de Educação Especial que ocorreu entre 2011 e 2012, assim, os sujeitos da pesquisa somam o total de nove professores.

O instrumento utilizado na investigação foi um questionário com dez perguntas abertas, numeradas da 01 a 10, sendo desnecessária a identificação com o nome dos envolvidos, a fim de garantir maior liberdade de respostas aos sujeitos da pesquisa e definir uma abordagem qualitativa à análise dos dados coletados. Richardson (1999) defende que a metodologia qualitativa é capaz de transcrever a complexidade das problemáticas, compreender e identificar a dinâmica dos fatos vivenciada por diferentes grupos sociais e assim, possibilitar a compreensão das particularidades dos indivíduos e possíveis transformações.

Para viabilizar a análise do conteúdo, após o preenchimento do instrumento pelo grupo de nove pessoas, os questionários foram identificados

com letras (da letra **a** até a letra **i**) e as respostas desmembradas de acordo com a ordem da numeração das questões.

5.2 ANÁLISE DOS DADOS

A discussão sobre o papel do profissional de Serviço Social dentro da Política de Educação está evidenciada e esta investigação se apresenta com a finalidade de refletir e teorizar esta temática dentro da Escola de Educação Básica Maria Nelly Picanço – Modalidade de Educação Especial e todas as transformações pedagógicas que ocorreram após a estruturação da Política Nacional de Educação Especial de 2008 e do direcionamento dado pelo Estado do Paraná na atualidade

Desse modo, esta análise é enriquecida em grande proporção ao ser estruturada a partir da compreensão do professor sobre o a responsabilidade do Assistente Social dentro da instituição escolar e todas as mudanças de caráter pedagógico que a permeiam.

Algumas questões foram aplicadas com a finalidade de melhor caracterização dos sujeitos da pesquisa.

I – Idade:

- a) até 30 anos: 02
- b) 31 a 40 anos: 04
- c) 41 a 50 anos: 02
- d) 51 a 60 anos: 01

Do grupo, seis professoras apresentam idade até quarenta anos, duas estão com até cinquenta anos e uma com até sessenta.

II – Tempo de Formação:

- a) De 05 a 10 anos: 05
- b) De 11 a 15 anos: 01

- c) De 16 a 20 anos: 02
- d) Mais de vinte anos: 01

Quanto ao tempo de formação, a maior parte das profissionais atua na área há menos de quinze anos e apenas uma mais de vinte anos de carreira.

III – Vínculo Empregatício:

- a) Quadro Permanente do Magistério (QPM): 04
- b) Processo Seletivo Simplificado (PSS): 05

Do total, cinco são contratadas através de processo seletivo e apenas quatro por concurso público, sendo que todas estão na instituição há mais de dois anos.

IV – Nível de Ensino de Atuação:

- a) Educação Infantil: 03
- b) Ensino Fundamental: 05
- c) Educação de Jovens e Adultos (EJA): 01

Observa-se que a maioria atua no Ensino Fundamental, três na Educação Infantil e apenas uma na Educação de Jovens e Adultos. É relevante pontuar que ao perguntar sobre o nível de atuação, algumas respostas nos questionários que seguem em anexo foram informadas de maneira equivocada: “professora” (educadora a); “professora” (educadora b) e “pós-graduação” (educadora c). Sendo que as reais informações foram obtidas junto à secretaria da escola.

Ao perguntar aos professores como eles definem a profissão do assistente social na instituição, tomando como base a experiência profissional de cada um e a inserção dos mesmos em equipe multiprofissional, há duas respostas que indicam a relação do profissional de Serviço Social com a escola. “Uma profissão de muita importância dentro da área escolar” (educadora a). “De fundamental importância, pois é um elo entre família e escola” (educadora b).

Quanto à atuação do Assistente Social na Política Pública de Educação, independente da modalidade, Almeida provoca a seguinte reflexão:

A política educacional pode ser concebida também como expressão da própria questão social na medida em que representa o resultado das lutas sociais travadas pelo reconhecimento da educação pública como direito social (2005, p.10).

Nesse sentido, ao se referir à modalidade educacional de Educação Especial, é nítida a importância da intervenção do profissional de Serviço Social. Mesmo que especificamente na escola referenciada neste estudo este profissional seja contratado pela APAE, o atendimento é prestado aos alunos.

E quando tratamos os alunos como sujeitos da ação do Assistente Social, é imprescindível considerar que este trabalho se estenda não somente aos educandos como também a seus familiares. Alguns professores fazem esta relação:

É um profissional importante, pois muitas vezes tem que direcionar as famílias no tocante a vários assuntos (educadora f).

Um profissional que tem contato constante com a família, informando e auxiliando dentro das possibilidades (educadora g).

Assistente Social é o profissional que dá o apoio de assuntos referentes aos direitos e deveres da sociedade (família, crianças, pessoas) (educadora i).

Assim, a profissão do Assistente Social é definida como uma categoria que atua na perspectiva de enfrentamento às sequelas da questão social, sendo esta considerada como a adjacência das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, como defende Iamamoto (2009), dentro da Política de Educação.

E neste processo a família exerce papel fundamental, pois somente com a superação das diferentes problemáticas sociais que se apresentam no mundo capitalista e fazem parte do cotidiano das mesmas, é que o atendimento educacional de qualidade e de direito dos alunos se concretiza. “A família precisa ser encarada como uma aliada no processo educativo e não como uma ameaça” (PORTES; PORTES; ORLOWSKI, 2001, p. 169).

Presta assistência às famílias que tem alguma dificuldade social ou econômica e necessita de intervenções do profissional para aprender e conseguir viver em condições humanas aceitáveis (educadora h).

Não compete à profissão do Assistente Social ensinar aos usuários quaisquer outros tipos de valores, conceitos e culturas individuais, pois um dos princípios fundamentais estabelecidos pelo Código de Ética dos Assistentes Sociais é o “reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes – autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais” (BRASIL, Resolução 273, de 13/03/93, p.17). Quanto a “*conseguir viver em condições humanas aceitáveis*”, quais seriam estas condições? Aceitáveis para quem? Fica nítida a reprodução dos conceitos determinados pela sociedade burguesa, onde a pobreza, a miséria e demais mazelas sociais são considerados anormalidades.

Aos sujeitos pesquisados foi solicitada a opinião sobre quais as atribuições do Assistente Social até o ano de 2011, quando a escola em questão ainda era definida como Escola de Educação Especial. Este questionamento foi feito a fim de verificar se a transformação para Escola de Educação Básica na Modalidade de Educação Especial impulsionou mudanças nas responsabilidades deste profissional.

Na minha opinião, continua o mesmo sistema de trabalho (a).

O trabalho do assistente social é de grande importância tanto na escola de educação especial quanto educação básica (c).

De acordo com estas frases, não se observa, por parte dos educadores, mudanças na ação profissional do Assistente Social. Alguns dos entrevistados relataram que o papel do profissional em questão, antes desta mudança pedagógica apresentava em suas ações o caráter paternalista.

Paternalista (e).

Antes o atendimento era paternalista (f).

Como escola especial, o assistente social era mais paternalista, resolvendo algumas situações que eram responsabilidade da família (g).

Este indicador provoca a reflexão de que a profissão traz consigo algumas características que retomam a gênese da profissão, onde o Serviço Social era traduzido pela qualificação da caridade e que Martinelli (2006) ao descrever acerca da atuação das primeiras Assistentes Sociais no Brasil, enfatiza o caráter conservador estratégico, “burguês, impregnado pela concepção de política e de ação social produzida pela visão de mundo da burguesia.” (p.123).

Neste direcionamento, a reflexão sobre o papel do Assistente Social antes da mudança para Escola de Educação Básica na Modalidade de Educação Especial, é que as atribuições deste profissional não se alteram e são embasadas pelas leis que regulamentam e direcionam a conduta profissional na atual conjuntura.

No entanto, até 2011 esta instituição escolar ainda trazia consigo fortes traços de uma entidade executora da caridade e não sob a perspectiva do direito constitucional da pessoa com deficiência em ter acesso à educação. Inconscientemente, esta postura era reproduzida pelos profissionais atuantes na instituição, inclusive o Assistente Social.

Este fenômeno pode ser explicado pelo histórico da Política de Educação Especial no Brasil, onde desde suas raízes a garantia da educação para pessoas com deficiência se firmou através de instituições filantrópicas devido ao não cumprimento do Estado com seus deveres. O melhor exemplo a ser dado é o das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais, mantenedora da escola em que se realiza este estudo.

Ainda sobre o período de 2011, antes das transformações pedagógicas, foi perguntado aos entrevistados em qual política pública estava inserido o Assistente Social. Do grupo, três educadores não responderam esta questão (a, b, f); quatro disseram não saber (d, e, g, i), uma informou não ser de seu conhecimento (c) e apenas uma apresentou a seguinte definição:

Até 2011, acredito que na Política de Saúde, hoje podemos definir como integrada e parte fundamental da Educação Básica com a Saúde e Assistência Social (educadora h).

Deste modo, se considera que o fato de se obter apenas uma resposta e os demais não conseguirem transcrever o que estava sendo solicitado, indica que talvez a questão não tenha sido formulada conforme o objetivo do pesquisador, se tornando de difícil compreensão ou porque esta informação não seja de acesso aos professores.

Tomando como base a única afirmativa citada e na experiência neste campo profissional, é possível dizer que tanto no período referenciado nesta questão, como atualmente, a atuação deste profissional está intimamente relacionada à Política de Educação com interface às demais políticas públicas. Esta explicativa se fundamenta no fato de que o Assistente Social, apesar de ser contratado por uma entidade filantrópica com recurso da Saúde, atua dentro de uma instituição educacional e intervém junto aos alunos e seus familiares e na execução de suas atribuições necessita das demais políticas para cumprir com seu papel.

No decorrer da pesquisa, os professores foram perguntados se com a transição desta instituição para Escola de Educação Básica na Modalidade de Educação Especial, a atuação do Assistente Social se diferenciou. Quatro sujeitos pesquisados informaram que não houve transformação (educadores a, b, d, h) e os demais fizeram algumas pontuações.

Sim. Encaminha, direciona e orienta as famílias (e).

Sim. Hoje tenta encaminhar, orientar os pais para que aos poucos vão resolvendo seus problemas (f).

Sim. Esclarece dúvidas, informa sobre seus direitos e dá direção para que a família tente resolver determinada situação (g).

Estas afirmativas relacionam as atribuições do Assistente Social às famílias e realização de encaminhamentos, não que estas não sejam responsabilidades deste profissional, no entanto, ainda não discutem as reais competências do mesmo dentro da instituição frente às novas demandas pedagógicas.

As demais respostas também seguem este mesmo direcionamento e com isso percebe-se a necessidade de discussão e fundamentação teórica sobre a inserção do Assistente Social na Educação Especial.

Ao serem questionados sobre a relação entre educador e assistente social, surgem as seguintes colocações:

Boa, trocam-se ideias e discutimos sempre o que fazer em prol do nosso aluno (b).

Relação de união, trabalho em conjunto (e).

As profissões estabelecem entre si uma relação de complementação uma da outra no atendimento ao aluno, como apresentam os professores. Neste percurso, alguns complementam:

Na escola, o papel do assistente social é de grande importância, pois o contato direto entre os dois, professores e assistentes sociais, facilita o pedagógico (g).

Troca de informações sobre alunos, principalmente sobre aqueles que apresentam uma mudança familiar e está refletindo de alguma maneira na escola (i).

Através desta indagação, o educador percebe a importância de ambos profissionais no processo de aprendizagem do aluno e as diferentes contradições e problemáticas sociais que acabam por interferir no ambiente escolar. Ao se referir aos distintos saberes que atuam dentro da educação, se apresenta a contribuição do autor:

Esse enclausuramento das disciplinas, esse especialismo cego, essa maneira unidimensional de trabalhar cada um com sua linguagem técnica, e com sua disciplina estanque, isso é uma das mais violentas formas de alienação dos nossos dias (ANTÔNIO, 2002, p. 88).

Por meio destas considerações, se evidencia a reflexão de que a relação entre Assistente Social e Professor está intimamente unificada e mesmo que tenha sido referenciada tal importância no resultado da pesquisa, é fundamental romper com a ideia deste **especialismo** que permeia as profissões a fim de alcançar o objetivo de garantir educação de qualidade para todos.

Dando continuidade a este raciocínio, os sujeitos deste estudo foram indagados se há ou não contribuição do Assistente Social no processo educacional. Não se observou relação entre o questionamento feito e algumas

respostas descritas, no entanto surge mais uma vez a família: “Famílias presentes, participativas e preocupadas com o bem-estar dos alunos e outros...” (e). “Frequência, bem-estar do aluno e sua família” (f).

Por outro lado, surgem pontuações que alegam:

Sim, como falei, muitas vezes não ficamos sabendo o porquê das faltas dos alunos e o que está acontecendo com ele. O nosso Serviço Social faz essa parte de informação, o que nos deixa a par dos acontecimentos e nos ajuda a perceber o que está interferindo na aprendizagem dele, pois situações familiares, financeiras e faltas prejudicam o desenvolvimento pedagógico (b).

Sim. Como o assistente social tem contato diretamente com a família do aluno, ele pode mediar o professor e intervir no que diz respeito às questões de saúde e socioemocional da criança, sendo estas muito importantes para o ensino-aprendizagem (h).

A escola e família devem andar juntas para se ter uma boa educação, com qualidade. Muitos problemas de família refletem na escola, aí o profissional pode dar o apoio necessário (i).

Nos discursos, os profissionais informam que há contribuição do referido profissional no atendimento pedagógico e esta afirmativa se materializa quando o educador relata a necessidade de intervenção do Assistente Social em situações de evasão escolar, conflitos familiares, entre outros e reforça a importância desta atuação junto às famílias dos alunos e principalmente, a influência destes indicadores dentro das salas de aula. Almeida salienta que “o processo de enfrentamento dessa complexa realidade não é de competência exclusiva de nenhum profissional” (2005, p.18).

Ao passo final da análise desta pesquisa, considera-se que esta afirmativa caminha ao encontro das análises anteriores, sem deixar de evidenciar que cada profissional com suas atribuições deve atuar na perspectiva de enfrentamento às mazelas da questão social que se configuram cotidianamente no ambiente escolar e assim, os efeitos destas problemáticas sejam minimizados.

Desta maneira, é evidente a necessidade de se fundamentar teoricamente as atribuições do Assistente Social na Educação Especial.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O interesse em desenvolver um estudo sobre as atribuições e responsabilidades do profissional de Serviço Social na Educação Especial se deu a partir da atuação do pesquisador neste campo de trabalho e do questionamento acerca das interpretações dos diversos profissionais atuantes na instituição a respeito desta profissão e conseqüentemente, as distintas tarefas a ele atribuídas aleatoriamente.

Neste sentido, por se tratar de uma instituição de ensino, esta análise partiu da concepção feita pelo Educador do papel do Assistente Social antes e após as transformações pedagógicas apresentadas.

Após finalizar todo o percurso teórico e concluir a análise da pesquisa, é possível afirmar que o objeto de intervenção do Serviço Social na contemporaneidade é a questão social e suas mais variadas expressões, nesse sentido, a atuação do Assistente Social na Educação Especial está posta para este enfrentamento.

Assumir esta posição é ter consciência de que o espaço ocupacional da Escola de Educação Básica Maria Nelly Picanço – Modalidade de Educação Especial, assim como outras instituições de ensino, é palco das contradições apresentadas pelo mundo capitalista e nele estão expressas as manifestações da questão social.

Ao Assistente Social se institui a responsabilidade de intervir na perspectiva de minimização dos impactos provocados pela questão social no ambiente escolar, de modo que viabilize a garantia dos direitos sociais não apenas aos alunos atendidos como também a seus familiares. Contudo, é de extrema importância o aumento do número de profissionais do Serviço Social nesta instituição para que estes objetivos sejam **planejados** e concluídos.

Nesse sentido, a atuação junto às famílias é fundamental neste processo, visto que no ambiente familiar são identificados os diferentes problemas sociais enfrentados por seus membros (e alunos desta escola), tais como a pobreza, a violência e suas diversas manifestações, a evasão escolar, entre outros.

Porém, um grande desafio aos profissionais que atuam nestas escolas se apresenta: a necessidade emergencial de romper com a “naturalização” das problemáticas sociais, ou seja, não se espera que a pobreza e a miséria tornem tais sujeitos vítimas de preconceito e discriminação, como por vezes terminologias deste caráter são reproduzidas nos corredores institucionais. É preciso encarar os alunos e seus familiares como sujeitos detentores de direitos, capazes de transformar e serem transformados pela realidade, parte do processo educacional.

Este percurso educacional na Educação Especial se fortalece quando a família e a escola caminham juntas e o Assistente Social está presente para consolidar este elo, através do reconhecimento técnico da realidade dos alunos atendidos e da aproximação com seus pares. Assim, a troca de informações com o professor é enriquecedora.

Deste modo, é pertinente pontuar o caráter educativo da intervenção do Serviço Social. O profissional é capaz de contribuir com a consolidação da cidadania dos sujeitos atendidos e com o processo de superação de situações de riscos que se apresentam. Sob esta perspectiva, tanto o Assistente Social como os Professores exercem papel educativo.

No entanto, é preciso que o Serviço Social seja capaz de romper com as amarras que o prendem ao passado para deixar de reproduzir ações que relacionam esta profissão com o **paternalismo**, conforme apresentado na pesquisa. Com base na Lei de Regulamentação da Profissão e no Código de Ética Profissional, é dever do Assistente Social atuar com vistas à liberdade e autonomia dos sujeitos, na perspectiva de se alcançar uma nova ordem social.

E pensar esta possibilidade em âmbito local para que deixe de ser apenas uma utopia, exige desta atuação a interlocução entre a Educação e as demais políticas públicas locais e entre o Serviço Social e as diversas profissões que estão inseridas neste campo de trabalho.

A importância desta relação entre o Assistente Social e as profissões no ambiente escolar tem por finalidade contribuir com o processo pedagógico de cada aluno atendido pela escola, assim, mesmo que por vezes o contato do profissional de Serviço Social com o educando seja reduzido, sua atuação objetiva o desenvolvimento educacional do mesmo.

A conexão entre o trabalho do referido profissional com a esfera pedagógica, embora tenha sido contemplada durante a pesquisa, deve ser evidenciada, pois no cotidiano profissional muitas vezes o Assistente Social é acionado para verificar, por exemplo, se o aluno apresenta febre, não está tomando medicações corretamente, entre outras diversas situações e no entanto, cabe ao Assistente Social atuar junto à validação dos direitos sociais e quando tais direitos são negados, há a necessidade de intervenção do mesmo. Salientando assim, que a prevenção seja uma alternativa de extrema importância.

Ao Assistente Social compete o desenvolvimento de práticas socioeducativas, orientações, atendimentos individuais e coletivos às famílias dos alunos atendidos, encaminhamentos aos serviços socioassistenciais, participação em conselhos, acompanhamento da frequência dos alunos para efetivação da permanência no ambiente escolar, contribuir no cumprimento do papel da Educação junto aos programas de transferência de renda, em suma, é dever do profissional atuar na perspectiva da defesa e garantia de direitos da população assistida.

Nos dias de hoje, a Política de Educação Especial do Paraná ainda está se adequando e se estruturando às propostas discutidas na Política Nacional de Educação Especial de 2008 e as escolas que prestam atendimento educacional especializado no Estado caminham nesta mesma direção.

Com este estudo é possível avaliar que com a mudança de Escola Especial para Escola de Educação Básica na Modalidade de Educação Especial, as transformações que ocorrem gradativamente no bojo da profissão do Assistente Social na Educação Especial é que o profissional deixa de atuar em uma associação filantrópica, mesmo que a ela esteja vinculado, e passa a intervir junto à Educação, sendo esta encarada não mais como uma caridade e sim um direito social da pessoa com deficiência.

Consciente da importância do tema trabalhado e principalmente, das mudanças que é capaz de viabilizar não apenas na localidade em que se aplica a pesquisa, como também no litoral paranaense, este estudo se propõe a provocar a reflexão sobre a Questão Social e suas sequelas na sociedade contemporânea, para que não apenas o Educador como também os diferentes profissionais que atuam na Educação Especial tenham um novo olhar sobre

seus educandos. Assim, é permitido conhecer um pouco mais sobre as causas da pobreza, da miséria e da desigualdade social que permeiam nossa sociedade e compreender que estão inseridos nesta instituição de ensino cidadãos de direitos.

E que a partir deste estudo, estima-se que na Escola Maria Nelly Picanço – Modalidade de Educação Especial a atuação do profissional de Serviço Social seja compreendida e valorizada.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ney Luiz Teixeira de. **Parecer sobre os projetos de lei que dispõem sobre a inserção do Serviço Social na Educação**. Caderno Especial n.26, 2005. Disponível em: <<http://www.assistentesocial.com.br/novosite/cadernos/cadespecial26.pdf>>. Acesso em 10/11/2012.

ANTÔNIO, Severino. **Educação e Transdisciplinaridade: crise e reencantamento da aprendizagem** - Rio de Janeiro: Lucerna, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: SENADO FEDERAL, 1988. BRASIL. In: **Legislação Social: cidadania, políticas públicas e exercício profissional**. Curitiba: Conselho Regional de Serviço Social, 2006.

BRASIL. Lei nº 7. 853, de 24 de outubro de 1989. Dispõe sobre o apoio às Pessoas Portadoras de Deficiência, sua integração social, sobre a Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência – CORDE, institui a tutela jurisdicional de interesses coletivos ou difusos dessas pessoas, disciplina a atuação do Ministério Público, define crimes e dá outras providências. In: **Legislação Social: cidadania, políticas públicas e exercício profissional**. Curitiba: Conselho Regional de Serviço Social, 2006.

BRASIL. Lei nº 8. 069, de 13 de julho de 1990. Dispõe Sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá Outras Providências. In: **Legislação Social: cidadania, políticas públicas e exercício profissional**. Curitiba: Conselho Regional de Serviço Social, 2006.

BRASIL. Lei nº 8662, de 13 de março de 1993. Dispõe sobre a Profissão de Assistente Social e dá outras providências. In: **Legislação Social: cidadania, políticas públicas e exercício profissional**. Curitiba: Conselho Regional de Serviço Social, 2006.

BRASIL. Conselho Federal de Serviço Social (CFESS). Resolução nº 273, de 13 de março de 1993. Dispõe sobre a Profissão de Assistente Social e dá outras providências. In: **Legislação Social: cidadania, políticas públicas e exercício profissional**. Curitiba: Conselho Regional de Serviço Social, 2006.

BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. In: **Legislação Social: cidadania, políticas**

públicas e exercício profissional. Curitiba: Conselho Regional de Serviço Social, 2006.

BRASIL. Projeto de Lei nº 3688, de 2000. **Dispõe sobre a introdução de assistente social no quadro de profissionais de educação em cada escola** – Brasília. Disponível em: <<http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD02NOV2000.pdf#page=121>>. Acesso em 10/09/2012.

BRASIL. Projeto de Lei nº 837, de 2003. **Dispõe sobre a Participação de Assistentes Sociais e Psicólogos na Estrutura Funcional das Escolas.** Comissão de Educação e Cultura – Brasília. Publicado em 2004. Disponível em <http://www.cress-mg.org.br/arquivos/projeto_lei_837.pdf>. Acesso em 10/09/2012.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Direito à educação: subsídios para a gestão dos sistemas educacionais: orientações gerais e marcos legais/** Organização: Ricardo Lovatto Beattes. – 2. ed. – Brasília: MEC, SEESP, 2006.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Educação Inclusiva: Atendimento Educacional Especializado para a Deficiência Mental/** Organização: Cristina Abranches Mota Batista *et al*– 2. ed. – Brasília: MEC, SEESP, 2006b.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Documento elaborado pelo Grupo de Trabalho nomeado pela Portaria nº 555/2007, prorrogada pela Portaria nº 948/2007, entregue ao Ministério da Educação em 07 de janeiro de 2008 – Brasília: MEC, 2008. Disponível em:<<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>>. Acesso em: 10/09/2012.

BRASIL. Ministério da Educação (MEC). **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais.** Brasília – MEC, [20--]. Disponível em <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf>>. Acesso em: 14/05/2012.

COELHO, Maria Inês de Matos *et al*. **A educação e a formação humana: tensões e desafios na contemporaneidade.** – Porto Alegre: Artmed, 2009.

COUTO, Berenice Rojas. **O direito social e a assistência social na sociedade brasileira: uma equação possível?**– 2. ed. – São Paulo: Cortez, 2006.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS). **Subsídios para o debate sobre serviço social na educação** – Brasília: CFESS, 2011. Disponível em <<http://www.cfess.org.br/arquivos/subsidios-servico-social-na-educacao.pdf>> Acesso em: 12/05/2012.

FENAPAES – Federação Nacional das Associações de Pais e Amigos dos Excepcionais. Disponível em: <<http://www.apaebrasil.org.br/artigo.phtml?a=2>>. Acesso em: 15/10/2012.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido** – Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **Renovação e conservadorismo no Serviço Social**. 10. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional** – 17. ed. – São Paulo, Cortez, 2009.

LOPES. Maura Corcini. **(Im)possibilidades de pensar a inclusão**. [20--]. Disponível em <<http://www.anped.org.br/reunioes/30ra/trabalhos/GT15-3203--Int.pdf>>. Acesso em: 26/08/2012.

MARTINELLI, Maria Lúcia. **Serviço Social: identidade e alienação** – 10. ed. São Paulo, Cortez, 2006.

OLIVEIRA, Luciana Vargas Netto. Estado e políticas públicas no Brasil: desafios ante a conjuntura neoliberal. **Serviço Social E Sociedade: TRABALHO E TRABALHADORES** - São Paulo, n.93, mar. 2008, p.101-123,. Trimestral.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação (SEED). **A Educação Especial no Paraná: Subsídios para a construção das Diretrizes Pedagógicas da Educação Especial na Educação Básica** – Paraná: SEED, 2008. Disponível em<http://www.pedagogia.seed.pr.gov.br/arquivos/File/semanas_pedagogicas/2010/ed_espec_pr_subsidios_dietrizes.pdf>. Acesso em: 15/10/2012.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação (SEED). Resolução n. 3600/2011, 2011, Paraná.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação (SEED). Parecer n. 758/2011, 2011 b, Paraná.

PARANAGUÁ. Escola de Educação Especial Maria Nelly Picanço. **Projeto Político Pedagógico**. 2012. Paranaguá.

PARANAGUÁ. Escola de Educação Básica Maria Nelly Picanço – Modalidade Educação Especial. **Plano de ação**. 2012, Paranaguá.

PORTES, L.F.; PORTES, M. F.; ORLOWSKI, R. Serviço Social, Educação e Família: possibilidades, desafios e mediações no cotidiano. **Revista Olhar do Professor** – Ponta Grossa, n.04, 2001, p.155-170.

RICHARDSON, Robert Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas**. São Paulo, Atlas, 1999.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). Sistema de Bibliotecas. **Teses, dissertações, monografias e outros trabalhos acadêmicos**. Curitiba, Editora UFPR, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). Sistema de Bibliotecas. **Citações e notas de rodapé**. Curitiba, Editora UFPR, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR). Sistema de Bibliotecas. **Referências**. Curitiba, Editora UFPR, 2007.

WITIUK, Ilda Lopes. **A trajetória socio-histórica do Serviço Social no espaço da escola**. 324 f. (Doutorado em Serviço Social) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2004.

ANEXO

QUESTIONÁRIO

1 – IDADE:
2 – TEMPO DE FORMAÇÃO:
3 – VÍNCULO EMPREGATÍCIO:
4 – NÍVEL DE ENSINO DE ATUAÇÃO:
5 – COM BASE EM SUA EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL E A INSERÇÃO EM EQUIPE MULTIPROFISSIONAL, <u>COMO VOCÊ DEFINE A PROFISSÃO DO (A) ASSISTENTE SOCIAL?</u>
6 – EM SUA OPINIÃO, <u>QUAIS AS ATRIBUIÇÕES DO (A) ASSISTENTE SOCIAL ATÉ 2011, QUANDO ESTA ESCOLA AINDA ERA DEFINIDA COMO ESCOLA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL?</u>
7 – ATÉ 2011, QUANDO ESTA INSTITUIÇÃO ERA DEFINIDA COMO CATEGORIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, A QUAL POLÍTICA PÚBLICA VOCÊ CONSIDERA QUE ESTAVA INSERIDO (A) ASSISTENTE SOCIAL?
8 – COM A MUDANÇA DESTA ESCOLA PARA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA – MODALIDADE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, VOCÊ OBSERVA DIFERENÇA NA ATUAÇÃO DO (A) ASSISTENTE SOCIAL? () NÃO () SIM. QUAIS?
9 – QUAL A RELAÇÃO ENTRE EDUCADOR E ASSISTENTE SOCIAL?
10 – SOB O SEU PONTO DE VISTA, HÁ CONTRIBUIÇÃO DO (A) ASSISTENTE SOCIAL NO PROCESSO EDUCACIONAL? () NÃO () SIM. QUAIS?